

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTIANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## A tragédia que comove o País



**Ante o imperativo da solidariedade, brasileiros deixam diferenças de lado e unem esforços para ajudar o Rio Grande do Sul, abatido por uma catástrofe climática e humana sem precedentes**

Não há precedentes para a tragédia que se abate sobre o Rio Grande do Sul desde a semana passada. Por esse motivo, também não pode ter precedentes a ajuda que o País deve dar aos gaúchos. Felizmente, a resposta tanto do poder público quanto dos muitos brasileiros anônimos que fizeram doações e se juntaram ao esforço para socorrer os desabrigados mostra que, ante o imperativo da solidariedade, não há diferenças insuperáveis. Ainda somos um único Brasil.

Em dez dias, choveu o equivalente a

três meses de precipitações, segundo o governo do Estado. Regiões que nunca haviam sido consideradas áreas de risco rapidamente foram invadidas pela água.

A infraestrutura do Estado foi devastada e deixou várias cidades do interior e da região metropolitana de Porto Alegre completamente ilhadas. Pontes interditadas, estradas bloqueadas e o principal aeroporto fechado por tempo indeterminado dificultam a chegada de ajuda, o trabalho de voluntários e o envio de mantimentos básicos.

Cerca de 885 mil imóveis estão sem abastecimento de água e mais de 443

mil estão sem energia elétrica, a maioria nos arredores de Porto Alegre. Algumas regiões podem permanecer inabitáveis por semanas ou até meses até que seja possível apurar a extensão dos estragos e reconstruir a infraestrutura de serviços públicos essenciais.

Num cenário como esse, seria especialmente cruel atribuir a dimensão da catástrofe a uma suposta má gestão estadual, como alguns oportunistas estão tentando fazer. É evidente que todos os governos são, de um jeito ou de outro, responsáveis pelo que acontece na região que administram, mas claramente estamos diante de um evento climático que surpreenderia até o mais precavido dos gestores. Por isso, não se trata de uma questão meramente orçamentária ou de descaso da Defesa Civil.

As enchentes que ocorreram no ano passado tampouco podem servir de referência. Todo o sistema de proteção foi projetado com base nos estragos causados por uma enchente em 1941, até então a maior da história. Ainda que possa haver problemas de manutenção das comportas, o volume de água que chegou a Lago Guaíba superou a cota de inundações em mais de dois metros.

A ida do presidente Lula da Silva ao Estado, acompanhado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad; dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas; além do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), demonstra que as autoridades compreenderam a gravidade do quadro, que tende a piorar antes de começar a melhorar.

A situação é absolutamente excepcional e requer, portanto, medidas também excepcionais. O gabinete de crise do governo federal para lidar com a tragédia precisa contar com autonomia para garantir as ações de socorro em uma primeira etapa. A declaração de estado de calamidade pública é essencial para que os recursos públicos cheguem com a celeridade que a situação requer, contrariando o padrão moroso que se repete a cada desastre humanitário.

Como disse o governador gaúcho, Eduardo Leite, o Estado precisará de um amplo plano de reconstrução, a exemplo do Plano Marshall, que financiou a recuperação da Europa no pós-guerra. Não é momento para apontar culpados e transformar esse cenário de destruição em palanque político, mas de direcionar verba federal e de emendas parlamentares para salvar o Estado e autorizar um orçamento de guerra para enfrentar o caos.

Diante das restrições fiscais do Rio Grande do Sul, é preciso flexibilizar as limitações para gastar seus próprios recursos e acessar financiamentos naquele que é possivelmente o pior momento de sua história – o que não é o caso de outros Estados que buscam obter a moratória de suas dívidas. Os prefeitos também precisam ter segurança para contratar obras emergenciais às vésperas das eleições municipais.

Nada disso dispensa a necessidade de fiscalização rigorosa sobre o uso do dinheiro, que não pode se perder em ações dispensáveis. Ou seja, mais do que nunca, é preciso organização e liderança – pois solidariedade, neste país, há de sobra. ●

## Vereadores de si mesmos

**Estudo mostra que vários vereadores de SP se elegem não por sua ligação com regiões da cidade, mas por seus posicionamentos ideológicos – que nada têm a ver com os problemas paulistanos**

A pedido do Estadão, o Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez um levantamento do perfil dos dez vereadores mais votados para a Câmara Municipal de São Paulo na eleição passada. O resultado é impressionante – e assustador. A maioria desses vereadores (60%) não tem qualquer ligação territorial com a cidade. Foram os chamados “candidatos de opinião”, ou seja, políticos eleitos, primordialmente, pelo engajamento que provocaram nas redes sociais. Segundo o estudo, a exploração de crenças religiosas, questões ligadas à legislação penal e toda sorte de pautas ideológicas e/ou identitárias parecem render mais votos do que a apre-

sentação de propostas para melhorar a educação, a saúde ou a zeladoria na cidade. O buslil é que nenhum desses temas de apelo eleitoral está no rol de competências do Poder Legislativo municipal.

Tradicionalmente, os vereadores sempre estiveram ligados a bairros ou distritos. Muitas vezes, os candidatos construíram uma vida de serviços prestados a seus concidadãos antes de chegarem à Câmara Municipal. O triunfo eleitoral, nos melhores exemplos dessa trajetória, representou o coroamento de uma vocação para o serviço público, além do exercício da solidariedade. Claro que nem sempre a relação de proximidade física com o eleitor produziu bons vereadores. Mas, na maioria das vezes, o conhecimento da realidade experientada por quem o parlamentar

supostamente deveria representar costumava facilitar as coisas.

Ao que parece, esse tipo de vereança está ficando para trás. Não cabe ingenuidade. As redes sociais vieram para ficar e brigar com os fatos não muda a realidade. É por meio delas que não poucos candidatos veiculam suas plataformas políticas e dialogam com potenciais eleitores. Foi assim na eleição passada e nada indica, segundo os especialistas ouvidos por este jornal, que será diferente na eleição deste ano. “As redes sociais facilitam essa dinâmica e permitem um melhor estabelecimento de nichos”, afirmou ao Estadão a coordenadora do LAPPCOM, Mayra Goulart. A professora destacou ainda que essa comunicação mais segmentada representa uma “vantagem competitiva” para o “candidato de opinião” em relação àqueles com base eleitoral estabelecida por território – mais propensos, portanto, a serem conhecidos apenas em âmbito local.

O sucesso desse tipo de candidatura, mais ideológica e menos propositiva, também guarda relação com uma certa desatenção de boa parte do eleitorado com os rumos da eleição municipal. Eleições gerais, em especial para cargos do Poder Executivo, costumam mexer mais com o ânimo dos eleitores, mobilizando-os em torno de discussões minimamente aprofundadas sobre os destinos de seu Estado e do

País. É um erro grave, porém, tratar a eleição municipal como uma eleição “menor”. Muito ao contrário.

Sempre cabe lembrança a célebre constatação de Franco Montoro: “Ninguém vive na União ou no Estado, as pessoas vivem no município”. Portanto, a falta de uma boa representação na Câmara Municipal, onde são tratados temas vitais para o desenvolvimento humano na cidade, leva a uma degeneração da política municipal que produz efeitos muito mais perceptíveis na vida dos cidadãos do que eventuais decisões tomadas nas esferas estadual e federal.

Se, por um lado, não dá para mudar a realidade desse nem tão novo modelo de campanha eleitoral, por outro, é possível alertar os eleitores para os prejuízos que essa distorção da vereança causa para uma cidade complexa como São Paulo. É enorme o desserviço que esses “candidatos de opinião” prestam aos municípios como um todo. Sem laços territoriais – algo que seria muito bem resolvido com uma reforma política que instituisse o voto distrital no País –, são incapazes de estabelecer vínculos com a comunidade e dar o devido tratamento às suas aflições. No fundo, são candidatos que podem até ter muitos votos, mas não representam ninguém, exercendo seus mandatos como vereadores de si mesmos. ●